EGRESSOS/AS DA PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL : as

particularidades da inserção no mercado de trabalho1

Anna Raquel Andrade Gonzaga²
Mikaele De Véras Matias³
Moema Amélia Serpa Lopes de Souza⁴
Risoneide Soares da Silva⁵

RESUMO

Este artigo apresenta a discussão temática sobre a inserção dos/as egressos/as da Pós-Graduação em Serviço Social no mercado de trabalho profissional. As sínteses aqui apresentadas resultam de um estudo documental e bibliográfico fundamentado na teoria social crítica, que analisa a particularidade da inserção dos/as egressos/as no mercado de trabalho, frente ao processo de contrarreforma Teve como fonte de dados a Sucupira/CAPES, Plataforma Lattes/CNPg e os dados da Secretaria da Pós-Graduação em Serviço Social - PPGSS/UEPB. Os resultados permitiram-nos identificar que a pós-graduação tem contribuído na formação de um quadro qualificado para a docência e a atuação nas políticas sociais, prevalecendo a inserção dos/as egressos/as no ensino superior privado e nas políticas sociais com vínculos de trabalho precarizados.

Palavras-chave: Serviço Social.Mercado de Trabalho. Egressos/as da Pós Graduação.

ABSTRACT

This article presents the thematic discussion about the insertion of graduates of the Graduate Program in Social Work in the professional labor market. The syntheses presented here are the result of a bibliographic and documental study, based on critical social theory, which analyzes the insertion of graduates of the Graduate Program in Social Work in the labor market, in face of the labor counter-reform process. The data source was the Plataforma Sucupira/CAPES, Plataforma Lattes/CNPq and the Secretariat of Graduate Studies in

⁵ Universidade Estadual da Paraíba (UEPB); Graduanda em Serviço Social; E-mail: risoneide.silva@aluno.uepb.edu.br.















¹ O presente trabalho foi realizado com o apoio da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba (FAPESQ) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES).

² Universidade Estadual da Paraíba (UEPB); Mestranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS); E-mail: anna.gonzaga@aluno.uepb.edu.br;

³ Universidade Estadual da Paraíba (UEPB); Mestranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS); E-mail: mikaele.matias@aluno.uepb.edu.br;

⁴ Universidade Estadual da Paraíba (UEPB); Doutora em Serviço Social; E-mail: moemaserpa@servidor.uepb.edu.br;

Social Service - PPGSS/UEPB. The results allowed us to identify that the post-graduation has contributed to the formation of a qualified cadre for teaching and acting in social policies, although the insertion in private higher education and in social policies with precarious work bonds have been configured as the main spaces of insertion in the labor market that incorporate these graduates of the PPGSS in the Northeast, especially in Paraíba.

Keywords: Labor Market. Social Work. Postgraduates.

1 INTRODUÇÃO

As reflexões apresentadas neste artigo têm a intenção de colocar em discussão as atuais configurações do mercado de trabalho profissional a partir da realidade da inserção de egressos/as da pós-graduação em Serviço Social, frente ao processo de contrarreforma das relações de trabalho no Brasil. Neste sentido, sistematiza os resultados da pesquisa "A inserção dos/as assistentes sociais egressos/as da pós-graduação em Serviço Social/UEPB e as particularidades do mercado de trabalho profissional: as expressões da precarização nesta realidade", desenvolvida junto ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica PIBIC/CNPq, período 2021 à 2022, como parte das atividades do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Trabalho e Proteção Social – GETRAPS. Vale ressaltar que a pesquisa adequou-se ao contexto pandêmico, utilizando-se das atividades remotas para a realização de algumas etapas da coleta de dados.

As análises aqui realizadas é resultado de um estudo de caráter documental e bibliográfico, orientado pela crítica dialética, tendo como fonte de dados o atual arcabouço jurídico que ordena as relações de trabalho no Brasil, bem como os dados consolidados da Plataforma Sucupira/CAPES, da Plataforma Lattes/CNPq e da Secretaria da Pós-Graduação em Serviço Social/UEPB. O lapso temporal do estudo compreendeu o período de 2015-2022, considerando que a primeira turma concluiu o curso no ano de 2015, só sendo possível identificar os egressos/as a partir deste ano.

Destacamos a relevância desse estudo, na medida em que este visa adensar conhecimento crítico a área do serviço social sobre as particularidades da profissão,











notadamente na realidade paraibana, buscando o aprofundamento teórico das tendências que assumem o trabalho no contexto atual e o processo de inserção dos/as assistentes sociais egressos/as da pós-graduação neste mercado de trabalho, trazendo para o debate a particularidade de uma demanda de profissionais qualificados/as e sua incorporação numa realidade de avanço e agravamento da precarização, com fortes implicações para a vida desses/as trabalhadores/as.

2 A CONTRARREFORMA TRABALHISTA E SUAS EXPRESSÕES NO MERCADO DE TRABALHO DOS/DAS ASSISTENTES SOCIAIS

A pandemia do novo coronavírus evidenciou que o capitalismo, atrelado à ideologia neoliberal, mesmo diante de tempos sombrios, mantém seu caráter destrutivo de acumulação e obtenção de lucros a qualquer custo, inclusive o da vida. A esse respeito, Antunes (2020,), ao falar do capital pandêmico, aponta que "(...) sua dinâmica é muito mais brutal e intensa para a humanidade que depende do trabalho para sobreviver".

É preciso destacar que a pandemia não foi a única responsável pelo agravamento das condições de vida e trabalho. Segundo Raichelis e Arregui (2021), a crise não emerge com a pandemia, pois desde 1970 que estamos experimentando as expressões da crise estrutural do capital. Antunes (2010) analisa a dimensão dessa crise e sua ofensiva sobre o trabalho, afirmando suas estratégias para a deterioração da legislação que regulamenta as relações de trabalho, e, que consequentemente, tem contribuído para o surgimento de uma nova morfologia do trabalho, repercutindo na esfera das profissões.

No caso brasileiro, a partir de 2017, a concretização das modificações na legislação trabalhista, situadas na Lei 12.467/2017, agudiza a tendência contrarreformista na medida em que anula, restringe, flexibiliza o acesso à proteção ao trabalho. A proposição da nova legislação carrega uma lógica eivada de modernização do mundo do trabalho que desonera o capital dos custos com o













trabalho e remete ao/a trabalhador/a uma suposta liberdade de empregabilidade, através, sobretudo, do estímulo do empreendedorismo, mas que não o desvincula do trabalho assalariado, produtor de mais valor.

A partir de uma nova legislação trabalhista, ficam explícitas as atuais exigências de racionalização da força de trabalho para atender aos interesses do atual modelo da produção capitalista que vem produzindo uma flexibilização predatória do mercado de trabalho. Isso se reflete no âmbito da profissão através da ampliação do exercício profissional privado, autônomo, temporário e fragmentado em projetos e tarefas, como também das parcerias público-privadas em diversas modalidades e áreas das políticas sociais (RAICHELIS, 2018).

Dados da pesquisa do CFESS (2022) sinalizam que a inserção da categoria profissional no mercado de trabalho ainda se mantém pelas modalidades públicas, via concurso público, seleção pública simplificada ou edital público. Entretanto, uma grande parte das inserções acontecem também através de indicações, convites e cargos comissionados. Esta pesquisa, ainda demonstra, que na Região Nordeste prevalecem as indicações, convites e cargos comissionados, revelando assim que "ainda prevalece a relação de favor como moeda de troca política, base e fundamento do Estado patrimonialista brasileiro" (CFESS (2022).

Seguindo esta lógica, o mercado de trabalho profissional vem sendo marcado pela ausência de garantias do trabalho protegido, com graves repercussões sobre as ações profissionais e, como destaca Raichelis (2010, p 759), "(...) as ações desenvolvidas passam a ser subordinadas a prazos contratuais e aos recursos financeiros destinados para esse fim, implicando descontinuidades, rompimento de vínculos com usuários".

Podemos afirmar que o mercado profissional enfrenta as tendências da nova gestão do trabalho, marcada pela precarização do trabalho e retirada de direitos, no qual também evidencia-se a descontinuidade do trabalho profissional e sua fragmentação, afetando a objetividade da sua atuação no âmbito das políticas











sociais, bem como compromete a autonomia profissional, ainda que esta seja relativa, como afirma lamamoto (1982).

Essas reflexões preliminares apresentam alguns aspectos do movimento de contrarreforma, que ao tempo que investe contra o trabalho socialmente protegido, também direciona sua ofensiva para as políticas sociais brasileiras, campo majoritário de inserção profissional. É neste contexto que precisamos situar a inserção dos/as egressos/as da pós-graduação em Serviço Social no mercado de trabalho, bem como problematizar alguns aspectos da particularidade da política educacional, em especial o ensino superior brasileiro.

A formação de nível superior no Brasil, a partir dos anos 1990, tem sido marcada pela mercadorização evidente nas propostas de parcerias público-privadas, regidas pelas orientações das demandas do mercado de trabalho e dos organismos internacionais do capital, a exemplo do Banco Mundial, seguindo a tendência das privatizações, corporificando a trajetória declinante da universidade pública de qualidade.

É importante destacar que o curso de Serviço Social tem sido um grande "filão" deste mercado ocupando significativo número de vagas ofertadas pelas instituições privadas de ensino e a ampliação dessas vagas se dá principalmente nas modalidades à distância, posto que o curso é de relativo baixo custo, o que beneficia o setor empresarial nacional e estrangeiro. Segundo dados do Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Ensino Superior (IES) - Cadastro e-MEC/2021, 73,34% dos cursos de Serviço Social foram ofertados por instituições privadas, com destaque para as IES na modalidade a distância que são responsáveis por 209.493 vagas, em detrimento de 44.701 vagas no ensino presencial.

A introdução da lógica empresarial no ensino superior acompanha um cenário de competitividade e individualismo exacerbado para os/as docentes e discentes, afetando a qualidade dos serviços prestados e promovendo um maior desgaste físico e mental. Essa lógica também converte as instituições de ensino superior em fábricas de diplomas, através do aligeiramento do processo de ensino











em que o conhecimento é transmitido de forma mais rápida e simplificada possível tendo em vista o cumprimento da formação, independentemente da sua qualidade.

Verifica-se o rebaixamento da concepção da educação superior como um direito social para a condição de mercadoria, assim "(...) temos visto no meio profissional que a corrida dos assistentes sociais para a sua qualificação os leva, em alguns casos, a participar de cursos sem qualidade, aligeirados ou voltados para a habilitação no domínio instrumental" (GUERRA, 2010,).

Por fim, na formação no âmbito da pós-graduação a lógica mercantil tem supervalorizado a produção bibliográfica dos/as docentes e discentes e o encolhimento do tempo médio para a titulação de mestres/as e doutores/as. Nesse processo, destacam-se os retrocessos na pós-graduação como reflexo do sucateamento e desvalorização da educação de modo geral, fato este somado à falta de incentivo à pesquisa. Em contrapartida, mantém-se as exigências do mercado em detrimento de condições objetivas, principalmente nas instituições públicas.

Contudo, não podemos desconsiderar que as entidades representativas da categoria profissional, a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), têm implementado estratégias de resistência na defesa de uma formação profissional alinhada ao projeto ético-político profissional, colocando-se contra, principalmente, ao ensino à distância, a implementação do mestrado profissional, dentre outras.

3 A INSERÇÃO DOS/AS EGRESSOS/AS DA PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL NO MERCADO DE TRABALHO PROFISSIONAL

Produzir reflexões para apreender a dinâmica de inserção no mercado de trabalho de assistentes sociais egressos/as da pós-graduação em Serviço Social/UEPB, exige a problematização de dois eixos temáticos de análise: a formação profissional e o mercado de trabalho do/a assistente social, os quais













mantém uma vinculação por estarem vivenciando um movimento de expansão precarizada.

O que se atesta é que tanto o ensino superior em Serviço Social, bem como seu mercado de trabalho, vem sofrendo os impactos do processo de expansão e precarização capitaneado pela lógica do mercado. Sem sombra de dúvida, esse movimento tem repercussões significativas para a formação e para o exercício profissional constituindo-se em novos desafios à profissão.

Na realidade paraibana, universo de preocupação desta síntese, entende-se que esse movimento se faz presente ao articularmos as particularidades da formação pós-graduada em Serviço Social em uma universidade estadual e com a inserção de seus/suas egressos/as no mercado de trabalho.

O Programa de Pós-graduação em Serviço Social, universo dessa pesquisa, emergiu num contexto de expansão do ensino superior brasileiro, fortemente marcado por um processo de flexibilização e aligeiramento da formação profissional que vem atingindo a graduação e a pós-graduação no Brasil.

A expansão das pós-graduações tem registro significativo "(...) na década entre 1996 e 2016, o crescimento percentual dos Programas de Pós-graduações nessa área foi próximo a 280% (passando de 12 para 34)" (CAPES, 2019, p. 5). Atualmente existem 36 cursos de pós-graduação na área 32, como é denominada a área de Serviço Social, com 36 programas em nível de mestrado e 20 em nível de doutorado⁶.

O PPGSS vem fortalecendo a interiorização do ensino da pós-graduação em Serviço Social na região Nordeste, particularmente na Paraíba, evidenciado pela presença sistemática de inscrições de candidatos/as provenientes de diversas cidades do interior da Paraíba, como também de residentes nos estados da Bahia, Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte, entre outros. Esta demanda confirma a visibilidade do Programa na região, incorporando discentes provenientes das

⁶ "Em síntese, a área de Serviço Social, contabilizou 20 Cursos de Doutorado (PUC/RS, PUC/SP, PUC-Rio, UFMA, UFRJ, UFPE, UnB, UNESP, UERJ, UFF, FUFPI, UFES, UFV, UEL, UFSC, UCPel, UFRN, UFPA, UFAL e UFJF) e 36 Cursos de Mestrado, todos acadêmicos." (CAPES, 2019, p. 7)







APOIO







instituições de ensino públicas e privadas das cidades do interior do estado e do Nordeste (CAPES/SUCUPIRA, 2018).

Nesta perspectiva, assume-se como proposta uma formação qualificada de docentes e pesquisadores/as na área capazes de problematizar e qualificar o debate, bem como fomentar propostas de enfrentamento da realidade socioeconômica e cultural do Brasil, em especial do Nordeste e da Paraíba.

Conforme os dados do Relatório Sucupira - CAPES de 2017/2020, o PPGSS acompanhou 62 egressos/as que se titularam entre os anos de 2015 e 2020, desta forma incorporando o lapso temporal do último quadriênio. Este acompanhamento vem sendo realizado mediante o envio de formulário específico preenchido pelo/as egressos/as e o monitoramento do Currículo Lattes, o que tem possibilitado um canal de comunicação com esse segmento. Vale destacar que dentre esses 62 egressos/as, 14 não informaram/registraram qualquer tipo de atividade, e que desses/as, 06 (seis) são assistentes sociais, que provavelmente podem estar desempregados/as ou inseridos/as em atividades desvinculadas da profissão.

As informações coletadas a partir desse acompanhamento permitiram identificar algumas particularidades sobre os egressos/as do PPGSS. A análise inicial se refere à formação acadêmica da graduação dos/as egressos/as e indica que esta tem sido predominantemente na área de Serviço Social, sendo assistentes sociais 88% do total de egressos/as que vêm sendo acompanhados pelo programa.

Além de assistentes sociais, o PPGSS vem incorporando profissionais das áreas afins, sendo estas do Direito 8% e Comunicação Social 4%, totalizando 12% dos egressos identificados. Vale ressaltar que todas as propostas de estudo apresentadas e aprovadas nos processos seletivos encontram-se em concordância com a área de concentração e as linhas de pesquisa do Programa, contribuindo para o fortalecimento e a consolidação da agenda de pesquisa no Serviço Social (CAPES/SUCUPIRA, 2018).

Neste perfil de egressos/as comparece, como tendência histórica, a prevalência do sexo feminino sendo as mulheres representando 85% e os homens









15%. Essa tendência também é confirmada pelos dados da pesquisa realizada ABEPSS - gestão 2017-2018, que traçou o perfil dos/as discentes da pós-graduação em Serviço Social no país, apresentando 83% deste universo é composto por mulheres e apenas 17% pelo sexo masculino (ABEPSS, 2018).

Identificamos também que no universo pesquisado há um significativo número de discentes provenientes do ensino público. Os dados coletados mostram que 92% dos egressos concluíram a graduação em instituições públicas, sendo 73% estadual e 19% federal; enquanto apenas 8% se formaram em instituições privadas, podendo demonstrar que a formação em Serviço Social pública e presencial tem constituído um caminho para o ingresso no ensino de pós-graduação. Cabe destacar que o PPGSS vem recebendo um considerável número de discentes oriundos da sua própria universidade, sendo esses egressos, ou não da graduação em Serviço Social.

Além desses elementos, nota-se, a partir dos dados coletados, a relevância de identificar a interface deste perfil de egressos/as com as requisições do mercado de trabalho, merecendo destaque, portanto, o ano de conclusão da graduação desses/as egressos/as. Os dados apontam que 17% egressos/as concluíram o curso de graduação entre os anos de 2004-2008; 52% concluíram entre 2009-2013; e 31% concluíram entre 2014-2018.

Destacamos o ano de conclusão da graduação para demonstrar que o intervalo entre a conclusão do curso e o ingresso na pós-graduação tem um movimento particular que revela a busca de uma melhor qualificação profissional para inserção no mercado de trabalho. Ao identificarmos que 31% concluíram a graduação entre os anos 2014 e 2018, percebemos que o PPGSS vem incorporando um contingente expressivo de profissionais recentemente saídos da graduação, nos últimos anos. Essa busca por qualificação pode estar relacionada à possibilidade da pós-graduação permitir uma melhor inserção no mercado de trabalho, bem como pela ausência de oportunidades de trabalho que impulsione os/as recém formados/as a optarem por investir em capacitação.









Do universo de egressos/as inseridos no mercado, que incluem 48 profissionais, identificamos a prevalência de dois campos de atuação, a docência no ensino superior e a inserção nas políticas sociais. Em números absolutos teremos 15 egressos/as exercendo a docência em nível superior em cursos de graduação em Serviço Social, em instituições públicas e privadas. Desses profissionais, 08 atuam também como assistentes sociais no serviço público, realizando, portanto, uma jornada de trabalho intensificada pelo duplo vínculo, a docência e o trabalho direcionado às políticas sociais.

Outra inserção significativa é no exercício profissional no âmbito das políticas sociais, demonstrando que, desse universo de egressos/as, 25 estão inseridos/as em instituições públicas trabalhando junto a diferentes políticas sociais, exercendo, majoritariamente, a função de assistente social, trabalhando nas áreas de assistência social, saúde, habitação, criança e adolescente, previdência social, com destaque para atuação em hospitais, prefeituras, Unidade de Pronto Atendimento, CAPS, CRAS, INSS, entre outros espaços ocupacionais. Vale destacar também que, alguns desses/as egressos/as ainda conciliam o trabalho com atividades na pós-graduação.

A incorporação dos/as egressos/as pelo mercado de trabalho tem tido expressiva participação na atividade da docência, que tem como característica:

[...] os contratos temporário, a insegurança, a instabilidade, a rotatividade, o assédio moral por parte de patrões e até de alunos, a redução de encargos trabalhistas, a desresponsabilização dos empregadores com o pagamento dos direitos trabalhistas, a exemplo do fundo de garantia pelo tempo de serviço (FGTS), ausência da contribuição previdenciária, décimo terceiro salário, férias. Ainda mais, de um modo geral, o valor da remuneração do trabalho pago aos professores não leva em conta as titulações acadêmicas, nivelando-os por baixo, tudo com amparo legal. (GUERRA, 2010b, p.97).

Os dados indicam uma inserção precária dos/as profissionais na docência, tendo em vista que também possuem outro vínculo empregatício, o que caracteriza o pluriemprego (GUERRA, 2010b).









Segundo Guerra (2010), este pluriemprego é marcado pela inserção socioprofissional em duas ou mais políticas sociais, ou em duas ou mais atividades, submetendo os/as profissionais a rotatividade no emprego, instabilidade e insegurança, a jornada de trabalho extensa e os baixos salários. Este fato aliado ao interesse por uma maior qualificação profissional após a graduação pode indicar que a forte tendência contrarreformista já são bem visíveis e presentes no mercado de trabalho profissional, inclusive atingindo profissionais com formação pós-graduada.

Também é importante destacar a inserção de egressos/as do programa nos cursos de doutorado, mantendo a continuidade do processo de capacitação. No PPGSS temos um número expressivo de egressos/as já inseridos/as no doutorado, o que contabiliza 15 com o doutorado em andamento e 1 egressa com o doutorado concluído, revelando, mais uma vez, a busca por uma maior qualificação pós-graduada.

Analisando o conjunto das informações obtidas no processo de coleta e análise dos dados, verifica-se a presença de uma inserção precarizada no mercado revelada pela manutenção de vínculos temporários - acarretado, na maioria das vezes, pela ausência de concursos. Identificamos que a inserção de egressos/as do PPGSS no mercado de trabalho revela um traço de precarização considerando que os vínculos trabalhistas predominantes são de professor substituto e de contratos temporários, prestadores de serviços e/ou cargos comissionados em programas e projetos no âmbito das políticas sociais. Essa é a realidade de mais de 50% do universo desses/as egressos/as.

Por outro lado, cabe destacar a relevância do PPGSS/UEPB neste processo. O relatório Sucupira/CAPES (2022) menciona que:

Com base nos dados sobre egressos disponibilizados no SAS (Visual Analytics Viewer/Capes), registra-se que em relação ao percentual de mestres inseridos no mercado de trabalho em relação ao número de mestres titulados, no período de 2013 a 2017, informa-se que do total de 50 (cinquenta) egressos titulados no PPG da UEPB, em nível de mestrado, 62% (31) foram encontrados, em 2019, na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Na Área, esse percentual é de 75,96% (2165) de 2.850 mestres

PROMOÇÃO













inseridos no mercado de trabalho. Avaliam-se como muito bons os percentuais de mestres formados pelo PPG da UEPB que estão inseridos no mercado de trabalho em relação ao número de mestres e doutores titulados, no período de 2013 a 2017 (SUCUPIRA/CAPES, 2022).

O destaque para esta observação enfatiza a relevância do PPGSS/UEPB, considerando que a formação pós-graduada potencializa a ocupação de postos de trabalho formais. Em contrapartida, as primeiras aproximações analíticas nos direcionam a apontar que a forte tendência contrarreformista que atinge a política educacional e a proteção ao trabalho, a partir das mudanças na legislação a partir de 2017, já são bem visíveis e presentes no mercado de trabalho profissional, inclusive atingindo profissionais com formação pós-graduada.

3 CONCLUSÃO

As informações aqui apresentadas evidenciam a desregulamentação e flexibilização do trabalho que vem atingindo todos os setores e áreas, inclusive, a de atuação do/a assistente social, já que este, está inserido no âmbito das políticas sociais da esfera pública, e consequentemente, não estão protegidos das ofensivas neoliberais presentes na conjuntura contemporânea. Diante desses aspectos, pode-se verificar que a contrarreforma trabalhista e as novas modificações vigentes na legislação trabalhista têm acarretado impactos e retrocessos para o mercado de trabalho do/a assistente social.

No atual contexto, se visualiza um crescimento do vínculo de trabalho temporário nos espaços sócio ocupacionais dos/as assistentes sociais, bem como a permanência do pluriemprego. Esses vínculos são marcados, muitas vezes, pela não garantia dos direitos trabalhistas dos/das profissionais, comprometendo, assim, a qualidade da atuação profissional. Vale destacar também que os/as profissionais, mesmo com vínculos formais, também sofrem os efeitos dessa lógica de precarização.









Dentro desse contexto, o PPGSS/UEPB vem atendendo aos requisitos de formar recursos humanos qualificados para o exercício da docência e do exercício profissional nas diversas políticas sociais, entretanto, a inserção no mercado de trabalho corresponde a uma lógica que submete trabalhadores/as, ainda que sejam qualificados/as, aos interesses da supressão de direitos e desvalorização da força de trabalho.

Dessa forma, esse debate integra o campo de preocupações do Serviço Social enquanto área de conhecimento, pois permite articular as demandas da formação profissional dos/as assistentes sociais com as requisições e exigência do mercado de trabalho. Visto que os/as assistentes sociais são profissionais assalariados, que vendem sua força de trabalho e sofrem rebatimentos da precarização, como todos/as trabalhadores/as. Assim, desmistificar o pensamento empreendedor é um dever ético central de resistência à desproteção do trabalho e desvalorização profissional, como é colocado por Antunes (2020) precisamos lutar para construir um sistema que valorize o trabalho humano e social, entendendo-o como atividade vital, livre, autodeterminada e que preserve a natureza e a própria humanidade.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **CORONAVÍRUS** o trabalho sob fogo cruzado. São Paulo. Boitempo, 2020.

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Documento de Área do Serviço Social.** São Paulo, 2019.

CAPES/SUCUPIRA. Relatório Sucupira do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba. Brasília, 2018.

CAPES/SUCUPIRA. Relatório Sucupira do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba. Brasília, 2022.

GUERRA, Yolanda. A formação profissional frente aos desafios da intervenção das atuais configurações do ensino público, privado e a distância. *In*: **Revista Serviço Social e Sociedade,** São Paulo, n.104, p. 715-736,











2010a.

GUERRA, Yolanda. Serviço Social: Dilemas da precarização e estratégias de enfrentamento. In: COSTA, G. M. et al (Orgs.). **Crise contemporânea e Serviço Social.** Maceió: Edufal, 2010, p, 85-110.

IAMAMOTO, M V; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 1982.

PERFIL DE ASSISTENTES SOCIAIS NO BRASIL: FORMAÇÃO, CONDIÇÕES DE TRABALHO E EXERCÍCIO PROFISSIONAL BRASÍLIA (DF) 2022. [s.l: s.n.]. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/2022Cfess-PerfilAssistentesSociais-Ebook.pdf>.

Acesso em: Maio de 2023.

RAICHELIS, Raquel. Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no SUAS. *In:* **Serviço Social e Sociedade.** n 104, São Paulo: Cortez, 2010, p, 750-772.

RAICHELIS, Raquel; ARREGUI, Carola C. **O trabalho no fio da navalha: nova morfologia no Serviço Social em tempos de devastação e pandemia.** In: Serv. Soc., São Paulo, n. 140, p. 134-152, jan./abr. 2021.







APOIO



